



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000430-78.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Cristina Cajueiro Pereira**  
 Requeridas: **JR.Netto - Compra e Venda de veículos e outro**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Cristina Cajueiro Pereira** move ação em face de **João Rinaldi Neto – ME** (identificado na inicial como JR.Netto – Compra e Venda de Veículos) e **Lilian da Silva**, alegando que era proprietária do veículo Fiat Uno S, ano 1991, placas CQZ-3330. Em outubro de 2012 procurou pelo estabelecimento da requerida com o intuito de trocar seu carro por outro. Na ocasião a empresa requerida afirmou que compraria o automóvel da autora por R\$ 3.600,00, bem como assumiria as parcelas faltantes do financiamento, o que foi aceito pela autora que efetuou a troca de seu veículo por um Fiat Palio Weekend, dando o seu como entrada. Acordaram ainda que a autora assinaria o recibo, mas não colocaria a data, haja vista que a empresa requerida efetuaria a quitação do bem para depois vendê-lo. Sucede que ao invés de cumprir o avençado, vendeu o veículo para a segunda requerida, deixando de efetuar o pagamento das parcelas. Em razão da conduta omissiva da empresa ré a autora teve seu nome negativado. Sofreu danos morais passíveis de indenização. Pede liminarmente a antecipação dos efeitos da tutela, compelindo os réus a transferirem o veículo para o nome da segunda requerida, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de R\$ 100,00. Requer sejam as rés condenadas ao pagamento de indenização por danos morais no valor equivalente a 10 salários mínimos. Documentos às fls. 10/12.

Debalde a tentativa de conciliação: 19. A requerida Lilian foi citada a fl. 21 e não contestou.

A ré JR Netto foi citada a fl. 78 e contestou às fls. 79/87 dizendo que ficou acordado entre as partes que assim que se procedesse à venda do veículo seria preenchido o CRV para a transferência, e o novo proprietário assumiria o pagamento das parcelas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

do financiamento. Figurou apenas como intermediadora do negócio realizado, devendo ser reconhecida a sua ilegitimidade passiva. Não há que se falar em dano moral. Improcede a demanda. Documentos às fls. 88/89.

Réplica às fls. 93/97. As partes celebraram o acordo de fl. 111, ressaltando o pedido de indenização, tópico do presente litígio.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, consoante o inciso I, do artigo 330, do CPC. A prova essencial é a documental e consta dos autos.

A empresa ré (João Rinaldi Neto ME, identificada na inicial como JR.Netto – Compra e Venda de Veículos) é parte legítima para figurar no polo passivo, pois sua atividade é a de compra e venda de veículos usados. Essa ré quem comprara o veículo da autora e o vendera para a ré Lilian da Silva. Não fosse esse o encadeamento dos negócios, os litigantes não teriam celebrado o acordo de fl. 111, homologado por este juízo quando daquela audiência.

O fato da ré Lilian da Silva não ter contestado não é motivo para ser acolhido contra ela o pedido de indenização por danos morais formulado pela autora. Em princípio recolheria os efeitos da revelia, porém a presunção de veracidade quanto aos fatos não impugnados é relativa, haja vista o princípio do livre convencimento do juiz na apreciação da prova. Neste sentido é o entendimento do STJ: “Ao examinar a presunção de veracidade decorrente da revelia, da qual trata o art. 319, do CPC, o juiz deve atentar-se para os elementos probatórios presentes nos autos, formando livremente sua convicção, para, só então, decidir pela procedência ou improcedência do pedido, revelando-se, portanto, a força relativa do princípio da revelia. Precedentes: REsp 434866/CE, Relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 18/11/2007; REsp 1128646/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJe de 14/09/2011” (AgRg no AI n. 1.251.160/RS, relator Ministro Marco Buzzi, j. 26.08.2014).

Por força daquela transação, este juízo passa a julgar o pedido de indenização por danos morais formulado pela autora. Segundo a versão desta teve seu nome negativado por iniciativa da credora fiduciante, CIFRA S/A Crédito, Financiamento e Investimento, negativação esta que lhe causou danos morais pois afetou a sua dignidade, tanto que restringiu automaticamente o seu crédito.

Com efeito, o documento de fls. 88/89 revela que o nome da autora foi negativado em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

bancos de dados por iniciativa da referida credora, em 08.08.2013, pela dívida de R\$ 221,32.

Acontece que a autora não tem apenas essa negativação. Detêm quatro outras negativações em cadastro restritivo de crédito, consoante as informações de fl. 89. Uma das negativações é de 16.12.2013 e três outras de fevereiro e março/14. Aplicável à espécie a Súmula 385, do STJ.

Este juízo não tem ingerência alguma na iniciativa e negativação tomadas pela credora fiduciante, pois este processo não tem no polo passivo a Cifra S/A. O mero inadimplemento da obrigação da compradora transferir para o seu nome o veículo perante o Detran, não pode ser catalogado como dano moral. Não houve em decorrência desse inadimplemento ofensa à dignidade da autora. Por outro lado, o fato da autora ter tido seu nome negativado por falta de pagamento da prestação do financiamento, em princípio poderia ensejar o reconhecimento do dano moral, mas a existência de outras negativações em nome da autora, averbadas por outros credores, dívidas ainda pendentes de pagamento, constitui-se em obstáculo intransponível para a configuração do alegado dano moral, aplicando-se, como já enfatizado, a Súmula 385/STJ. Não há dano moral a ser indenizado.

**JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de indenização por danos morais. Condene a autora a pagar à ré contestante R\$ 1.000,00 de honorários advocatícios, nos termos do § 4º, do artigo 20, do CPC, e custas do processo, verbas exigíveis apenas numa das situações previstas pelo artigo 12, da Lei 1.060.

P.R.I.

São Carlos, 17 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**